



TESOURO NACIONAL

RMD

2021

Abril

Relatório Mensal Dívida Pública Federal

Sumário Executivo

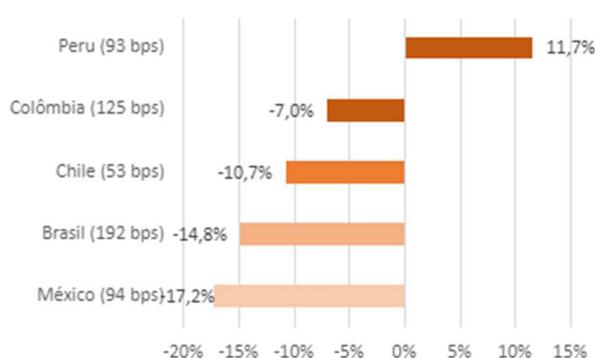
Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional



Abril

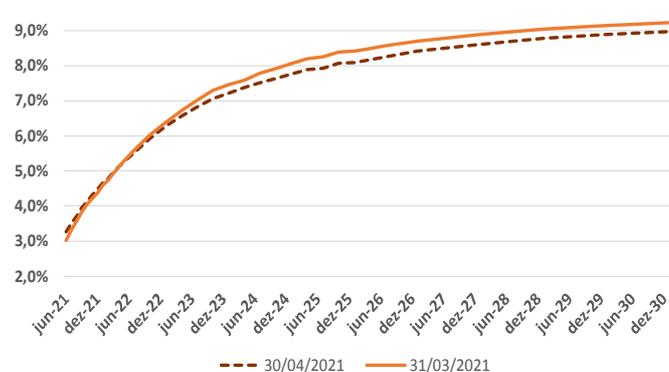
O mês de abril foi bastante positivo para os ativos de risco, com a perspectiva de continuidade do suporte monetário dado pelo Federal Reserve (FED). A sinalização de manutenção dos níveis atuais de juros nos EUA e a indicação de que as pressões inflacionárias seriam temporárias contribuíram para o tom positivo nos mercados em geral, com maior estabilidade nas Treasuries e queda na percepção de risco de emergentes. No Brasil, enquanto a parte curta da curva de juros teve pequena alta, com as expectativas em relação à política monetária, as partes média e longa caíram entre 20 e 30 bps. Apesar da piora nos números da pandemia no mundo, o reforço da vacinação no Brasil e os sinais de compromisso fiscal, com destaque para o desfecho do orçamento, contribuíram para a queda nas taxas de juros domésticas.

Gráfico 3 – CDS (Credit Default Swap) – Países



Fonte: Bloomberg

Gráfico 4 – Curva de Juros Futuros



Fonte: STN e Bloomberg

O mês de abril foi marcado pelo maior resgate da série histórica, totalizando R\$ 340,6 bilhões na DPF¹. Esse resgate recorde se deveu principalmente ao vencimento da LTN Abril/21, com R\$ 283,55 bilhões. No mês também venceram R\$ 46,91 bilhões referentes à NTN-C e o equivalente a R\$ 6,89 bilhões do Euro 2021. No lado das emissões, o Tesouro Nacional emitiu ao todo R\$ 173,67 bilhões, a terceira maior emissão da série histórica em valores nominais. Como resultado, houve resgate líquido de R\$ 166,97 bilhões, interrompendo a sequência de emissões líquidas realizadas pelo Tesouro Nacional desde agosto de 2020.

Em relação aos títulos emitidos, os destaques foram os prefixados de 24 e 48 meses e os títulos atrelados a índice de preços de 3 e 35 anos. Nos leilões de prefixados, foram emitidos R\$ 81,1 bilhões e resgatados R\$ 283,8 bilhões.

¹ As análises e acompanhamentos das estatísticas de Dívida Pública Federal (DPF) divulgados pela STN referem-se à DPF em poder do público, também chamada de dívida em mercado. Ou seja, os títulos emitidos para o BCB não estão na DPF em mercado. As relações entre os conceitos da DPF podem ser resumidas da seguinte forma: DPF = Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) + Dívida Pública Federal Externa (DPFe). A DPMFi = DMPFi (mercado) + DPMFi (BCB). A Dívida Pública Federal Externa (DPFe) = Dívida Pública Mobiliária Externa + Dívida Pública Contratual Externa. A DPF em mercado = DPMFi (em mercado) + DPFe.

Nos leilões de indexados ao índice de preços foram emitidos R\$ 59,3 bilhões, maior valor nominal da série histórica para esse indexador. A tabela a seguir traz as taxas de juros de emissão dos principais títulos:

Tabela – Taxas Médias das Emissões da DPMFi em Leilões Tradicionais por Benchmark – % a.a. – Abril

Data do Leilão	LTN 24 meses	LTN 48 meses	NTN-F 10 anos	NTN-B 5 anos*	NTN-B 35 anos*
ANBIMA 28/12/18	7,18%	8,37%	9,23%	4,23%	4,94%
ANBIMA 31/12/19	5,13%	6,04%	6,78%	2,25%	3,46%
ANBIMA 30/12/20	4,13%	5,35%	6,90%	1,77%	3,80%
ANBIMA 26/02/21	5,87%	7,31%	8,51%	3,12%	4,25%
ANBIMA 31/03/21	6,59%	8,09%	9,31%	3,50%	4,45%
01/04/21	6,68%	8,18%	9,35%		
06/04/21				3,62%	4,55%
08/04/21	6,84%	8,35%	9,52%		
15/04/21	6,73%	8,28%	9,56%		
20/04/21				3,67%	4,48%
22/04/21	6,47%	7,89%	9,21%		
29/04/21	6,48%	7,91%	9,23%		
ANBIMA 30/04/21	6,50%	7,84%	9,12%	3,37%	4,50%

*As taxas das NTN-B referem-se à rentabilidade real.

Fonte: STN

O estoque da DPF apresentou redução de R\$ 153,3 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo o resgate líquido de R\$ 167,0 bilhões e a apropriação positiva de juros de R\$ 13,7 bilhões. Houve aumento da participação dos títulos atrelados à taxa flutuante (de 33,8% para 35,5%) e índice de preços (de 26,4% para 27,7%). Por outro lado, o grupo dos títulos prefixados apresentou redução na participação no estoque da DPF, de 34,7% para 31,9%.

Com relação aos detentores, o grupo Instituições Financeiras apresentou redução do estoque, entretanto continua como o grupo com maior participação no estoque da DPMFi (29,7% em abril). O segundo maior grupo são os Fundos de Investimento, com 23,8%. Em relação ao estoque, a principal variação positiva foi o grupo Previdência (R\$ 11,0 bilhões) e as principais variações negativas foram o grupo Instituições Financeira (R\$ -108,1 bilhões) e os Fundos de Investimento (R\$ -45,1 bilhões). No acumulado de janeiro a abril, o estoque de não residentes apresentou crescimento de R\$ 32,4 bilhões. Olhando apenas para abril, a redução no estoque ocorreu principalmente em títulos com prazo entre 1 e 3 anos.

O custo médio das emissões em oferta pública da DPMFi apresentou aumento (5,1% a.a. ante 4,8% a.a. em março), enquanto o custo médio do estoque da DPF acumulado em 12 meses apresentou redução (de 7,6% a.a. em março para 7,2% a.a. em abril). Essa diminuição do custo médio do estoque pode ser explicada pelo custo da DPFe, que decresceu de 16,1% a.a. para 6,1% a.a., explicado pelo vencimento dos títulos atrelados ao euro e à variação cambial.

Na estrutura de vencimentos da DPF, houve redução do percentual vincendo em 12 meses (de 27,8% para 24,5%), refletindo o perfil de emissões e os vencimentos ocorridos em abril. O prazo médio da DPF apresentou elevação entre março e abril, de 3,63 para 3,79 anos.

Em abril, o cronograma de emissões e os benchmarks ofertados sofreram alterações em relação ao primeiro trimestre. As LTN Janeiro/22 e LTN Julho/22 substituíram as LTN Outubro/21 e LTN Abril/22 como benchmarks de 6 e 12 meses. A LFT mais curta passou para o vencimento Setembro/22, em substituição à LFT Março/22. Houve ainda mudança na frequência de emissão das NTN-F. O benchmark de 10 anos (NTN-F Janeiro/31) passou a ser ofertado semanalmente, ao passo que o benchmark de 8 anos (NTN-F Janeiro/29) passou a ser ofertado quinzenalmente. Os demais vértices permaneceram inalterados.

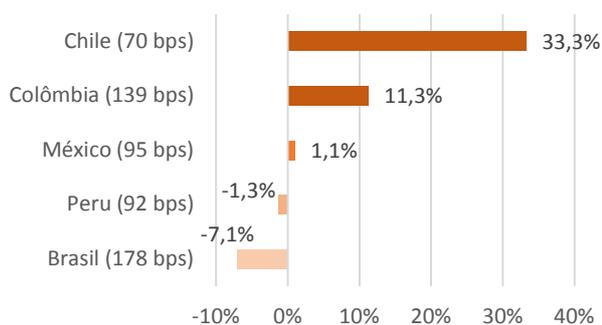
No Programa Tesouro Direto, as emissões líquidas no mês de abril totalizaram R\$ 613,4 milhões, resultado de vendas de R\$ 2,2 bilhões e resgates de R\$ 1,6 bilhões. No mês, o programa teve um aumento de 357,9 mil novos investidores cadastrados. O título mais demandado pelos investidores permanece sendo o Tesouro Selic, que respondeu por 36,5% do montante vendido.

A reserva de Liquidez da dívida pública encerrou o mês de abril com R\$ 969,3 bilhões, ante R\$ 1.119,4 bilhões no mês anterior. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, houve um aumento, em termos nominais, de 66,3%. O nível atual é suficiente para 9,9 meses à frente de vencimentos. Cabe destacar que, até o final de 2021, haverá vencimentos estimados em R\$ 735 bilhões.

Maio

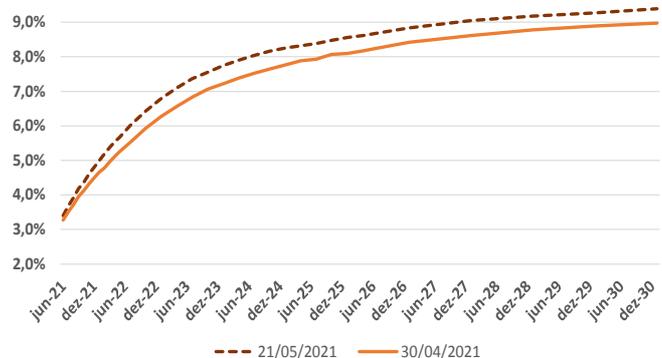
O mês de maio foi marcado por maior volatilidade no mercado internacional e preocupações em relação à recuperação econômica e preços nos EUA. As discussões a respeito de uma futura redução no ritmo de compra de ativos pelo FED nos EUA também contribuíram para maior apreensão entre os investidores. A percepção de risco de emergentes medida pelo CDS se deteriorou, com o Brasil apresentando performance melhor que os pares. O mercado doméstico foi contaminado pela piora no externo, com as partes média e longa da curva subindo entre 40-50 bps.

Gráfico 3 – CDS* (Credit Default Swap) – Países



*Até o dia 24/05/2021
Fonte: Bloomberg

Gráfico 4 – Curva de Juros Futuros



Fonte: B3 e Bloomberg

O Tesouro Nacional anunciou a Revisão do Plano Anual de Financiamento (PAF), com mudança nos limites de referência para o estoque, composição e estrutura de vencimentos da Dívida Pública Federal – DPF. Os novos limites demonstram um cenário mais benigno para os indicadores da DPF ao final do exercício, em comparação com o que se esperava quando da divulgação do PAF, em janeiro de 2021. O estoque da DPF tende a ficar menor, sobretudo devido à expectativa de menores colocações de títulos prefixados, em particular aqueles com prazos mais reduzidos.

A revisão permitirá a manutenção do perfil atual de emissões em um ambiente relativamente mais favorável do que o estimado quando da elaboração do PAF 2021, que foi desenhado em um contexto ainda marcado pelas incertezas em decorrência da pandemia de COVID19 e seus impactos na economia e nos mercados financeiros. Assim, também visa prover maior transparência e previsibilidade à estratégia de emissões, dirimindo incertezas em relação a eventuais mudanças bruscas de rumo que seriam necessárias para o cumprimento das metas propostas originalmente.